

O debate de idéias econômicas na implantação da República no Brasil:
progresso, modernização e construção da nação

Maria Letícia Corrêa*

Resumo: O tema dessa comunicação é o debate de idéias travado na Primeira República brasileira em torno das questões econômicas. A partir de uma perspectiva comparativa, são analisados textos de Serzedelo Corrêa e Luis Rafael Vieira Souto, sendo a análise da produção intelectual articula-se a uma investigação sobre a trajetória política desses autores.

Palavras-chave: idéias econômicas; Serzedelo Corrêa, Luís Rafael Vieira Souto.

Abstract: The theme of this paper is the debate of ideas held in Brazil's First Republic concerning economic questions. Texts from Serzedelo Corrêa and Luís Rafael Vieira Souto are analyzed by means of a comparative perspective, and the analysis of their intellectual output is connected with an investigation into the performance of both authors.

Key-words: economic ideas; Serzedelo Corrêa, Luís Rafael Vieira Souto.

[a teoria econômica] não cogita de influências perturbadoras, relativas a tempo e espaço e, baseada nestas hipóteses, domina, por exemplo, que uma vez roto o equilíbrio que deve existir normalmente entre a oferta e a procura, seja de mercadorias, seja de braços e capitais, ou entre a produção e o consumo, esse equilíbrio não tarda a restabelecer-se. Ora, na prática, nem sempre isso se verifica. As leis e os costumes variam de um para outro país; as nações agitam-se muitas vezes em guerras prolongadas, ruinosas, perturbadoras de todas as relações normais de interesse e de justiça; os homens, as mercadorias, os capitais não têm uma completa liberdade de ação ou de movimento; mil obstáculos, enfim, retardam o restabelecimento do equilíbrio econômico que a hipótese científica deu como imediato e espontâneo, e desta forma embarçam por muito tempo a realização de princípios que a economia política estabelece abstratamente.

Luís Rafael Vieira Souto, 1905.

O objetivo dessa comunicação é analisar a emergência de um importante debate de idéias, favorecido com o advento da República no Brasil, em 1889, sobre os rumos da sociedade brasileira e a adoção de políticas que concorressem para o *progresso* e a *modernização* do país, guardando alguma correspondência com os temas iniciados pela

* Doutora em História pela UFF e professora de História do Brasil no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

chamada Geração de 1870 (ALONSO, 2002: 38-45). Assistiu-se, nesse contexto, por parte de intelectuais, empresários e negociantes, a uma crescente defesa de políticas que auxiliassem a nascente *indústria nacional*.

Teve relevância, então, a participação de engenheiros civis e militares que, tendo apoiado a mudança do regime, passaram a ocupar posições-chave no campo político, apresentando destacada militância política e intelectual. No estudo dos problemas da agricultura e da indústria e pela discussão da oposição entre *indústria natural* e *indústria artificial*, que marcaram o nascimento de um campo de idéias econômicas no Brasil, definido por uma nova conceituação da *nação*, esses intelectuais contribuíram para o fortalecimento da representação pautada pela polaridade entre campo/arcaico x cidade/moderna,

A análise tem como ponto de partida o exame dos textos do político, engenheiro militar e professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro Serzedelo Corrêa, reunidos no livro *O problema econômico do Brasil*, de 1903, e artigos de imprensa do industrial e engenheiro Luís Rafael Vieira Souto, professor na Escola Politécnica e membro do Centro Industrial do Brasil e da Sociedade Nacional de Agricultura, publicados em 1901-1902.

A fala industrialista: progresso, nação, modernização

Serzedelo Corrêa (1858-1932) foi um dos principais porta-vozes do debate travado nas primeiras décadas republicanas sobre os rumos da economia e sociedade brasileira. Líder industrialista, participando, em 1904, da fundação do Centro Industrial do Brasil (CIB), juntamente com Luís Rafael Vieira Souto, J. M. Cunha Vasco e Jorge Street, os argumentos de Serzedelo apontavam para a necessidade do desenvolvimento conjunto das *forças produtoras nacionais*.

Engenheiro militar formado pela Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, participou dos incidentes decisivos que levaram à mudança do regime em 1889. No Congresso Constituinte e no Congresso Nacional, dedicou boa parte de sua atenção à apresentação e à análise dos temas econômicos.

Sua produção intelectual sobre matéria econômica reúne os artigos do livro *O problema econômico do Brasil*, publicados originalmente em *A Gazeta*, em 1903, além de folhetos patrocinados pelo Centro Industrial do Brasil e pela Associação Comercial do Rio de Janeiro.

No entender de Serzedelo Corrêa, o Brasil, “país novo”, era ainda uma “colônia”. Por compreender que a emancipação se teria realizado de forma incompleta, o autor identificou as tarefas realizadas pelos governos do Império como essencialmente *políticas*, tendo restado à República o papel de completá-las sob o *ponto de vista econômico* propriamente dito (Corrêa, 1980 [1903]: 19). Feita a República, teria persistido, herdada da monarquia, a política econômica e comercial fundada no *laissez-faire*, o que vinha a reforçar ainda mais a nossa situação de *colônia*.

Em razão das ações dos sucessivos governos, o país vivia um quadro de crise, cujas causas mais imediatas, como decorrência do *laissez-faire*, eram associadas ao desenvolvimento da monocultura exportadora.

Além do controle estrangeiro sobre a comercialização do café, setores como o comércio e seguros contariam com participação predominante de elementos alienígenas, cujos interesses não poderiam enraizar-se no país. Essa situação era caracterizada pelo “extraordinário absentéismo, que nos arranca todos os lucros, e os transfere para o exterior, na quase totalidade das manifestações da atividade econômica e comercial” (Corrêa, 1980 [1903]: 24).

Contribuindo para agravamento da situação, a forma como se vinha realizando a substituição de mão-de-obra escrava, via imigração, não levava à nacionalização do trabalho, redundando na transferência de parte do salário agrícola para o exterior (Corrêa, 1980 [1903]: 72).

A desvalorização do café era atribuída por Serzedelo tanto aos crescentes estoques acumulados e à expansão do plantio, como aos *vícios do mercado*, manifestos na especulação dos comerciantes estrangeiros, tendo repercussão negativa sobre os demais setores da economia e das finanças, na organização do crédito e na moeda (Corrêa, 1980 [1903]: 95).

Dentre as medidas de política econômica pleiteadas, cuja implementação achava-se na *dependência dos poderes públicos*, destacavam-se a abolição dos impostos interestaduais e a revisão constitucional com vistas à alteração da discriminação de rendas estabelecida em 1891, demandas essas que haviam constituído as principais bandeiras da campanha de Serzedelo na passagem pela Câmara federal entre 1895 e 1902.

Tratava-se, no primeiro caso, da unificação do mercado interno para a produção nacional, sendo notável a correspondência entre a interpretação pelo autor do funcionamento da economia brasileira e a intervenção do Estado e o exemplo da política

comercial e aduaneira adotada na etapa antecedente à unificação alemã, preconizada por Friedrich List, a eliminação das barreiras alfandegárias entre os estados (Corrêa, 1980 [1903]: 300).

Assim, para Serzedelo Corrêa, a política econômica era definida sobretudo como *política comercial*, relacionando-se à questão tarifária e ao *protecionismo transnacional*.

O problema do povoamento do solo dizia respeito diretamente à formação e garantia da nacionalidade. Em especial Serzedelo Corrêa criticava o dispositivo constitucional que dava aos estados a posse das terras devolutas, devendo, segundo o seu entendimento, devendo ser atribuída à União essa matéria, evitando-se o sacrifício dos interesses da “unidade nacional” (Corrêa, 1980 [1903]: 28).

Do conjunto de medidas, depreende-se que era imprescindível para Serzedelo Corrêa o alargamento da esfera de atuação do Estado na promoção do povoamento e ocupação do território, pensado como fundamento da Nação.

A percepção das matrizes teóricas que informavam seus argumentos, retiradas dos precursores da defesa do protecionismo, como Friedrich List, bem como da leitura do positivismo presente na formação do oficial militar, garantiram-lhe o afastamento dos conceitos do livre-cambismo, em prol da ênfase da intervenção estatal como tema da Economia Política. Concebido como o próprio resultado da organização dos interesses econômicos, o Estado deveria assumir o papel de organizador e promotor das diversas atividades.

Como consequência dessa perspectiva, a política econômica preconizada por Serzedelo Corrêa, era concebida, como vimos, como política comercial fundamentada na proteção tarifária. Como objetivo, era fixada a nacionalização progressiva das atividades econômicas realizadas no país, o que deve ser entendido tanto como retenção dos lucros e riquezas geradas nos negócios conduzidos por estrangeiros, como, principalmente, como internalização das mesmas atividades.

Uma formulação próxima à de Serzedelo Corrêa pode ser encontrada nos textos de Luís Rafael Vieira Souto (1849-1922), liderança também ligada ao Centro Industrial do Brasil.

Sua produção intelectual em matéria econômica reúne os artigos e conferência publicados pelo autor em diversos órgãos da imprensa da capital federal, em 1901 e 1902; publicações patrocinadas pelo CIB; diversos artigos publicados no *Jornal do Commercio*, transcritos no *Boletim do CIB*, entre 1905 e 1907; e a introdução à obra *O*

Brasil, suas riquezas e suas indústrias, organizada por iniciativa do Ministério da Viação e Obras Públicas. Vieira Souto publicou, ainda, um texto de doutrina, intitulado *Economia Política*, cujo conteúdo compreendia parte do programa ministrado pelo autor em disciplina na Escola Politécnica.

Também como no caso de Serzedelo Corrêa, os textos de Vieira Souto devem analisados no contexto de sua atuação como liderança industrial, expressando demandas específicas diante de questões do momento, como a política financeira da administração Campos Sales-Joaquim Murinho, a reforma da tarifa aduaneira, entre 1904 e 1907, e a discussão do projeto da Caixa de Conversão, em 1906.

Considerando as informações disponíveis sobre o ensino de Economia Política no Brasil da segunda metade do século XIX e da Primeira República, pareciam ter destaque, nos programas e conteúdos utilizados, ao lado dos defensores mais diretos da intervenção econômica do Estado e do protecionismo, como List e Henry Carey, autores responsáveis pelo desenvolvimento de uma visão apologética do capitalismo, como os franceses Pierre Levasseur e Paul Leroy-Beaulieu.

A leitura dos textos econômicos de Vieira Souto parece confirmar essa tendência, tanto pela referência direta a esses autores, como por sua orientação no sentido da elaboração de uma visão extremamente positiva do desenvolvimento da indústria nacional.

Para Vieira Souto, tal como para Serzedelo, a especificidade do Brasil residiria em sua qualidade de país novo, para cuja modernização, entretanto, vinha concorrendo decisivamente a ação do Estado (Vieira Souto, 1902: 22-23).

O autor busca compatibilizar os princípios da tendência cientificista do último quartel do século XIX – como a idéia da existência de leis aplicáveis ao desenvolvimento dos fenômenos sociais, análogas às das ciências naturais – aplicados à Economia Política, com a construção de uma defesa da intervenção do Estado em matéria econômica, afastando-se, portanto, também, do liberalismo econômico.

A intervenção seria justificada face à impossibilidade da ciência econômica de prever as circunstâncias concretas em que se dariam os fenômenos sociais. Além disso, as razões para as modalidades de intervenção pleiteadas englobavam desde questões relativas à segurança pública e salubridade, até a necessidade, premente, de promover o progresso do país, pelo desenvolvimento agrícola e industrial (Vieira Souto, 1916: p. 171).

Feita essa ressalva, poder-se-ia propor um vasto conjunto de medidas, como o protecionismo tarifário, a extensão do crédito, o apoio à produção e circulação de mercadorias, a propaganda dos produtos brasileiros no exterior, a negociação de acordos de comércio entre os estados e a criação de monopólios estatais.

As propostas de política econômica apresentadas por Serzedelo Corrêa e Vieira Souto foram enunciadas em face de determinadas conjunturas do período, no bojo de uma estratégia de ação articulada a partir de uma associação de classe – o Centro Industrial do Brasil – e, como parte da ampliação do escopo de um projeto político pensado sob uma perspectiva nacional.

Sendo assim, a análise da produção intelectual aqui apenas indicada pode ter dois sentidos principais. Em primeiro lugar, o de situar os atores no debate de idéias travado no início da República, no qual se verificou o surgimento de um movimento de políticos/intelectuais que insistiu em pensar as questões econômicas em termos mais gerais, enunciando uma determinada concepção da nação, na direção da modernização, o que, desde o início, colocava o problema do apoio à indústria. O mesmo movimento contribuiria para dar forma à especial configuração do campo intelectual no período, indistinto do campo político propriamente dito (Bourdieu, 1989: 64).

Secundariamente, cabe a percepção de que, como indicado, tendo os argumentos se pautado pela percepção de uma crise, percebida como crise econômica, deu-se entretanto o progressivo abandono das questões de natureza estritamente financeira, como as que haviam marcado o debate sobre a política de emissões no início da República, em prol de uma concepção mais geral dos problemas do país, que implicava pensar tanto as condições da agricultura e da indústria como o financiamento e a comercialização da produção.

País novo, o Brasil alcançaria o progresso das nações mais avançadas por obra do Estado nacional, através das diversas medidas de apoio à indústria e à agricultura. Sendo a intervenção preconizada nos limites de uma política comercial, baseada na questão tarifária, apontava-se entretanto para a necessidade da alteração da discriminação de rendas estabelecida na Constituição de 1891, entre outras medidas legislativas.

As medidas de política econômica sugeridas por Serzedelo Corrêa e Luís Rafael Vieira Souto, mesmo quando empreendidas, não lograram resultados senão em curto prazo. Como é bastante conhecido, os limites impostos pelo contexto de reafirmação da

vocação agrícola do país era claros, e seriam ainda reforçados, nos anos 1920, na nova fase de expansão da economia cafeeira.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 1, n. 6, p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1927-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1977.

CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CIRJ, 1977.

CORRÊA, Inocêncio Serzedelo. *O problema econômico do Brasil (1903)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

HUGON, Paul. A economia política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956. v. 2.

VIEIRA SOUTO, Luís Rafael. *Caixa de Conversão*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1902.

VIEIRA SOUTO, Luís Rafael. *O último relatório da Fazenda*. Coleção de artigos publicados no *Correio da Manhã*, em novembro e dezembro de 1901. Rio de Janeiro: Malafaia Júnior, 1902.

VIEIRA SOUTO, Luís Rafael. *Programa da 2ª. Cadeira do 3º. Ano do Curso de Engenharia Civil, Minas e Artes e Manufaturas para o ano letivo de 1882*. Rio de Janeiro, 1882.